

# O processo de inclusão da mulher como profissional de segurança pública na polícia militar de Minas Gerais

Camila Similhama Oliveira de Sousa  
Carla Ferretti Santiago

**Resumo:** Pretende-se abordar a inclusão da mulher como agente de segurança pública na Polícia Militar de Minas Gerais, a partir da análise das permanências do caráter misógino em meio à cultura institucional, a despeito do suposto avanço representado por tal inserção. A demarcação temporal foi compreendida entre 1981 e 1990.

**Palavras-chave:** Misoginia. Identidade. Consciência de Grupo.

## **Abstract:**

It is intended to address the inclusion of women as agents of public security in the Military Police of Minas Gerais, from the analysis of the character misógino stays in the midst of institutional culture, despite the supposed progress represented by such inclusion. The demarcation time between 1981 and 1990.

**Keywords:** Misogyny. Identity. Consciousness Group.

*Camila Similhama Oliveira de Sousa.* Bacharel e licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. O presente artigo é parte da monografia de conclusão de curso "Espada, farda e *escarpin*: a inserção da mulher como profissional de segurança pública na Polícia Militar de Minas Gerais".

*Carla Ferretti Santiago.* Profa. de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

A temática envolvendo a mulher na corporação policial corrobora o inquietante fascínio em torno dos desdobramentos do universo feminino, que, de algum modo, desafiam os persistentes papéis socialmente construídos, ditames das funções a serem desempenhadas pelas mulheres. Embora não sejam hoje tais determinantes sócio-culturais tão rígidos como foram outrora, ainda constituem marcante presença nas trajetórias femininas, mediante os labirintos de paradoxos tecidos pelo meio social, cuja extensão se dá no desenvolvimento das carreiras profissionais pelas quais optam. Permanecem, assim, instituições sociais em que a presença feminina ainda é um obstáculo a ser vencido, aspecto esse, pouco lembrado como objeto de pesquisa.

Soma-se a isso a quase ausência de referências históricas e análises de cunho crítico relacionadas à presença da mulher em organizações em que ela continua, de certa forma, impedida de galgar os degraus de ascensão e do reconhecimento profissional. A resistente cultura citada permite que sejam nutridos valores e condutas que a observação mais atenta conclui serem persistências até então tidas pelo discurso institucional como superadas. Especial referência nesse âmbito faz-se, sobretudo, às policiais militares femininas, cujo tratamento diferenciado não é mero detalhe, mas uma constante, percebida nas relações profissionais entre superiores-subordinados ou mesmo entre postos e graduações iguais. Evocam, portanto, códigos distintos tidos como adequados aos policiais militares femininos e masculinos, ainda que sob o discurso de igualdade profissional junto a ambos os sexos, reafirmado pela organização policial.

Dentre as obras focadas na temática policial, poucas se voltam para esse aspecto. Encontra-se em maior número aquelas cujo vértice está ligado à organização e à administração da corporação policial, em que muito é dito sobre novas políticas para gerir a segu-

<sup>1</sup> RATTON, JOSÉ LUIZ. *Aspectos organizacionais e culturais da violência policial*. In: RATTON, JOSÉ LUIZ; BARROS, Marcelo. Rio de Janeiro: Lu-mens JÚRIS, 2007.

rança pública brasileira<sup>1</sup>, bem como a violência policial frente aos direitos humanos. A cultura institucional, parte essencial da pesquisa aqui realizada, é pouco mencionada, bem como a problematização dos valores pela mesma engendrados, que embora postos à disposição para serem renovados, não apontam, de fato, para efetiva transformação.

Aprofundando a prospecção em torno da bibliografia concernente à polícia militar, afere-se que a conjugação da temática policial sob a perspectiva da atuação feminina constitui uma busca visivelmente mais árdua. Observa-se um vazio no tratamento das peculiaridades percebidas junto ao trabalho executado por policiais militares femininas. Estas são freqüentemente ignoradas em nome de uma suposta igualdade profissional que, na prática, dificilmente é verificada. Constatou-se um número considerável de trabalhos em torno das categorias de gênero, sobretudo a relacionar a face puramente teórica desse universo e sua aplicação para o desenvolvimento de análises relativas a questões específicas do universo feminino.

A junção mulher-instituição policial aparece como objeto de estudo nos trabalhos centrados na Polícia Militar do Rio de Janeiro, instituição que mais detém publicações sobre o contingente policial feminino<sup>2</sup>. Uma nítida oposição a esse quadro situa-se na Polícia Militar de Minas Gerais, onde as condições da profissional feminina ficam reservadas a pouquíssimas abordagens, dificilmente de caráter histórico. São, em geral, trabalhos de cunho descritivo que, por vezes, comprometem as análises pretendidas. Os aspectos citados atentam para a necessidade da temática apontada ser explorada, articulada e edificada, permitindo que seja posta em discussão mais e mais vezes, justa resposta ao silêncio ao qual é relegada.

Os recursos para comprovar as hipóteses propostas partem do levantamento bibliográfico em torno do tema desenvolvido, direcionado por três linhas: mulher e cultura latino-americana; mulher, emancipação

<sup>2</sup> SAPORI, LUIS FLÁVIO. *Os desafios da polícia brasileira na implementação da 'ordem sob a lei'*. In: RATTON, José Luiz; BARROS, Marcelo. Rio de Janeiro: Lumens JÜRIS, 2007.

e trabalho; as representações sociais referentes à presença feminina em instituições policiais. Foram utilizadas fontes escritas oficiais, emitidas pelo Comando Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, localizado na capital mineira, entre setembro de 1981 e 1987, concernentes à aprovação da Companhia de Polícia Militar Feminina, que incluem: publicação comemorativa<sup>3</sup>, resoluções, diretrizes operacionais, transcrições diversas, avisos, guias e análises institucionais.

Confrontando as fontes escritas estão as fontes orais, relativas aos depoimentos das componentes da primeira turma de 3º sargentos policiais militares femininos, indagadas com base em diretrizes previamente estabelecidas. Da turma original, formada por 112 policiais militares femininos, permanecem na ativa, aproximadamente, 52. Optou-se por seis dessas, sendo duas ocupantes de altos postos, duas de larga experiência operacional e duas de atuação administrativa.

Para tanto, foi utilizado como norteador do uso das fontes descritas a metodologia de trabalho atinente à História Oral que, conforme MEIHY,<sup>4</sup>

*(...) é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continuam com a definição de um grupo de pessoas (...) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, o uso, arquivamento e sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.*

A História Oral mostrou-se de grande valia ao objeto de estudo citado, já que se preocupa em conhecer padrões culturais e estruturas sociais imersos em processos históricos inventariados no cotidiano, por vezes não acessíveis, e que desafiam, conforme CASSAB E RUSCHEINSKY<sup>5</sup>, a rigidez metodológica acadêmica. Obtida por meio de relatos focados em lembranças pessoais, o uso da história oral conduz a uma

<sup>3</sup> CAPELLE, MÔNICA ALVES etc. Representações das relações de gênero no espaço organizacional público. *Revista de Administração*. Rio de Janeiro, mar./abr. 2002, p.253-275.

<sup>4</sup> LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe (Org.). *Reintroduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

<sup>5</sup> CASSAB, Latif; RUSCHEINSKY, Aloisio. Individuo e ambiente; a metodologia de pesquisa da história oral. p.7-24. *Biblos*: Revista do Depto de Biblioteconomia e História. Rio Grande: Editora da FURG, 1995, v.16.

visão mais dinâmica do funcionamento das várias trajetórias de um dado grupo social segundo CASSAB E RUSCHEINSKY. Constitui, por isso, valioso instrumento para construir análises relativas a pontos comumente relegados à margem da história oficial ou excluídos do alcance de historiadores. Congrega, ainda, fatos não registrados por outros tipos de documentos, cuja documentação é incompleta ou cujo ângulo de tratamento é distinto daquilo que em geral é aceito. Os trajetos individuais possibilitam um novo entendimento do passado recente, transformando “objetos” de estudo em sujeitos de investigação. Permite, também, apreender as relações humanas frente à sociedade organizada, ao poder e ao contra-poder existente.

O roteiro utilizado foi direcionado por uma base flexível, orientada para entrevistas temáticas, sem que se tratasse de um direcionamento único, pois a cada entrevista era inevitável que novas indagações e reflexões fossem acrescidas. Dentre as perspectivas interpretativas utilizadas para nortear a pesquisa, parte-se da delimitação estabelecida por Foucault ao denominar o poder como sendo:

*(...) a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem as constituintes de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; (...) formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; (...) estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.<sup>6</sup>*

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p. 89.

O poder está, portanto, em toda parte, visto ser oriundo de todos os lugares. Inseridos nesse contexto estão as relações de poder, efeitos imediatos das desigualdades presentes nas relações cotidianas que regem as relações humanas, como uma hierarquia definida a ditar a forma como devem ser processadas as

relações.

Foucault define as relações de poder como o “outro termo das relações” (humanas), sendo, ao mesmo tempo, institucionais e não subjetivas. Assim, não há poder que se exerça sem que haja uma série de objetivos:

*(...) a racionalidade do poder é um a das táticas muitas vezes bem explícitas no nível limitado em que se inscrevem (...) que, encadeando-se entre si, invocando-se e propagando-se (...) esboçam finalmente dispositivos de conjunto: lá, a lógica é perfeitamente clara (...), caráter implícito das grandes estratégias anônimas (...)*

<sup>7</sup> *Idem*, p. 91.

Um outro extremo dessa definição implica nas resistências, sejam elas móveis ou transitórias, a atravessar instituições, estratificações sociais e unidades individuais. Os pontos de resistência apresentam, nas relações de poder, o papel do adversário, e estão presentes em toda a rede atingida por ele. A partir disso, há os chamados “focos-locais” de poder-saber, isto é, relações que veiculam formas de sujeição e esquemas de conhecimento em incessante interpenetração. Desse modo, somada à análise proposta para a concretização desse estudo, incluem-se, ainda, os mecanismos de resistência das policiais militares femininas frente aos impedimentos percebidos.

<sup>8</sup> MOREIRA, ROSEMERI. *Entre o escudo de Minerva e o manto de Penélope: a feminização da polícia Militar do Paraná, uma prática dicotomizada (1975-1980) Exame de qualificação*. Universidade Estadual de Maringá, 2006.

Diante desse universo, MOREIRA<sup>8</sup> analisa que raramente há reconhecimento da presença feminina em situações mediadas pela resistência e pela violência, já que a mulher não é reconhecida como capaz de corresponder à dualidade ação e reação. Está sujeita, assim, ao mesmo patamar ocupado por crianças e idosos. Nesse sentido, ainda que protagonize o papel do enfrentamento e da defesa, como no caso da policial militar, não deixa de estar imbricada ao zelo do outro, em prol do outro.

<sup>9</sup> GREGORI, MARIA FILOMENA. Relações de violência e erotismo. *Cadernos PAGU*, fev./2003, p.87-120; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

Partindo desse pressuposto, as ações conferidas às policiais femininas na PMMG condizem às “missões

específicas de sua competência”<sup>9</sup>, definição exposta pelo Regulamento da Companhia Feminina. Reitera-se, então, o trabalho policial feminino como semelhante ao da assistente social.

A instituição aparentemente negava tal estereótipo, insistindo na fala de que a policial feminina atenderia à “(...) qualquer tipo de ocorrência”, porém não deixava de ressaltar, por outro lado, que existiriam ocorrências típicas e, deste modo, apropriadas para a Polícia Feminina. A corporação definia essas ocorrências como sendo de quatro tipos: assistência (socorro e urgência de parturientes, doentes mentais, menor e outros); contra a pessoa (rixa, ameaça, aborto criminoso, homicídio, lesão corporal, etc.); contra o patrimônio (dano, furto, roubo, extorsão, invasão de imóvel, estelionato, etc.); acidentes de trânsito urbano (choque, coalizão, capotamento, atropelamento, etc.).

É traçado todo um aparato, observa-se, que procura adequar a policial a um trabalho operacional que não fugisse ao que era considerado comum ao ambiente feminino. Esta é posta para atuar no trato com iguais (parturientes), pessoas tidas como fragilizadas (doentes mentais, menor), pequenas rusgas (rixa, ameaça, lesão corporal, todas essas muito presentes no universo conjugal) e condutas de relevante repulsa social (aborto), que evocariam manutenção das convenções sociais em lugar de subvertê-las.

A desarticulação dos preceitos sócio-morais, a partir da presença das policiais femininas, tornou-se uma preocupação que, de forma recorrente, foi considerada pela instituição policial. Procurou-se deixar claro a distância entre a policial militar e qualquer atitude que fosse associada ao que a corporação considerava ser uma subversão de caráter feminista, como percebido no artigo que coloca: “A Cia Pfem não deve ser entendida como uma organização de mulheres masculinizadas (...)” (Artigo 18, Regulamento da Companhia Feminina).

Explica-se esse ponto pelo fato de que aprovar

qualquer traço masculinizado das policiais dificultaria a tentativa de melhorar a imagem do Estado repressor em crise, principal necessidade que viabilizou a inclusão das policiais na corporação. Justificou-se tal postura argumentando que seria pouco saudável o afastamento da natureza tida pelo corpo social então como feminina. Essa natureza concebida como feminina é constantemente rotulada pela organização como frágil. Enfatiza-se, portanto, a preocupação relativa à diferenciação da policial feminina como ente de uma organização que propiciaria a libertação da mulher, o que significa deixar cair a face mais conservadora da instituição policial por detrás do suposto véu de modernidade.

Essa postura se mostra materializada no uniforme designado às policiais, em que prima-se pela perpetuação da feminilidade, por meio do sapato de pequeno salto, modelo *scarpin* e a bolsa de tamanho médio agregado à farda. A instituição procurava, assim, abrandar a virilidade inerente ao uso do uniforme tradicional masculino, o que lembrava também a limitação das funções femininas na organização policial.

Torna-se contraditório, por isso, o exercício da função policial realizado por uma mulher. O primeiro mostra-se a partir de uma inerente natureza do enfrentamento de situações imprevisíveis de risco, mas a ação feminina nesse confronto é tida com certo desconforto pelo uso do porte da arma, admitido como inapropriado às funções por elas desempenhadas em meio ao contexto urbano.

Ressalte-se, ainda, nesse universo de contradições, o regulamento disciplinar vigente, em que muitos dos artigos estão centrados na orientação das condutas morais das polícias. Esse detalhe é explicitado já no edital do concurso<sup>10</sup>, em que junto aos pré-requisitos de nacionalidade, idade, altura, sanidade e escolaridade estão aqueles que se referem à conduta moral das candidatas.

O processo de seleção procura resguardar esse

<sup>10</sup> Datada de 1982, ano de conclusão do curso de formação de terceiro-sargento femininos, com informações relativas ao processo de seleção, formação, treinamentos e atuação das policiais femininas recém-ingressadas.

caráter tornando o processo de seleção mais rigoroso<sup>11</sup> em relação ao processo de seleção masculino, sobretudo no que condiz à inspeção da vida pessoal das candidatas. Houve, assim, uma rigorosa pormenorização dos hábitos apontados por família, vizinhança e conhecidos em torno daquelas que aspiravam à aprovação no concurso.

O rigor empregado junto ao contingente policial feminino perpetuou o discurso paternalista de zelo institucional, justificado para que as policiais não fossem submetidas a patamares inferiores junto à organização. Trata-se de um traço insistentemente repetido, que relega as policiais femininas à condição de sucesso por meio da concessão masculina, ainda que fosse somente para estabelecer a proteção necessária para que as mesmas pudessem galgar os degraus profissionais. Depreende-se que a instituição no período citado imaginasse que o corpo policial feminino fosse dotado de incapacidade para avançar no rumo profissional do universo militar, caso não fosse a intervenção e orientação masculinas.

Ao longo do período inicial de inclusão da mulher na corporação militar o ser feminino é freqüentemente posto na dimensão do impuro, de tal forma que o rigor impediria a disseminação de uma possível imoralidade no seio dos quartéis. Desconsidera-se, assim, o argumento racional de que a presença numérica masculina era bem maior e, portanto, inclinada a alguma conduta não recomendada ante à presença feminina. Observa-se a repetição de estereótipos femininos, provavelmente conectados ao receio de que a imagem institucional em lugar de humanizada fosse ridicularizada. Esse risco era levado em consideração inclusive pelos próprios militares da ativa do período, que se recusaram a permitir que suas filhas se submetessem aos exames para a ocupação do quadro institucional. Grande parte das candidatas, portanto, referentes à primeira turma de terceiro-sargentos não tinha parentes militares próximos.

<sup>11</sup> Artigo 9 da Resolução nº 920 de 10/09/1981, que aprova o Regulamento da Companhia de Polícia Feminina da PMMG.

As exclusões desse período, imbricadas à preocupação com o rigor da manutenção da ordem, tinham caráter exemplar e, por isso, remetiam à natureza moral, preocupação central com relação às policiais femininas, mais do que qualquer questão condizente à atuação operacional. O tratamento da instituição referente às transgressões recaía em exclusões às vezes precedidas pela pressão institucional para que houvesse pedido de baixa (como o fato de engravidar fora do prazo previsto pelo regulamento, agravada pelo fato de ser solteira). Evitava-se, assim, que fosse aberto um processo para apuração e julgamento de tais condutas, impedindo que essas transgressões pudessem ser disseminadas junto à coletividade da organização e chegassem até a opinião pública.

Tamanha rigidez moral mostrou ser uma ferramenta capaz de impedir a ascensão profissional. Por meio da análise de minúcias da vida pessoal, promoções eram indeferidas. O passar dos anos e a liberalização de convenções sociais antes tidas como absolutas colaboraram para que o mérito profissional fosse, em grande parte, dissociado da vida pessoal feminina. Flexibilizou-se, assim, o pré-requisito anteriormente considerado para reconhecer o trabalho desenvolvido pela policial na corporação. Permitiu-se, então, que a rigidez moral do regulamento inicial fosse questionada e adaptada às novas condições de inserção da mulher no mercado de trabalho, com base nas transformações dos setores sociais diversos. Tais transformações conduziram inúmeras policiais femininas aos cargos de liderança na instituição.

A chefia feminina no quadro institucional policial apresentou, porém, dificuldades peculiares, como o tom de sarcasmo embebido de misoginia presente na postura dos subordinados frente às orientações que partem de uma superior, tendo configurado uma forma sutil de escamotear as orientações recebidas.

Nesse contexto, aquelas que primeiro corresponderam a esse viés parecem carregar a distinção de pio-

neiras, recebida mais como um nobre título do que propriamente como uma liderança atuante junto às questões que permanecem não solucionadas pelo corpo policial feminino. O fim da Companhia de Polícia Feminina (suporte institucional que planejava, coordenava, executava e fiscalizava as atividades de policiamento ostensivo feminino), em dezembro de 1990, é visto como benéfico por algumas, já que impediu que uma minoria se destacasse em detrimento da abertura de possibilidades para as demais, sobretudo no que diz respeito à ascensão na carreira militar. A diluição das policiais femininas, todavia, fez com que fosse perdida a referência que dotava de sentido a reflexão de gênero, bem como o tratamento de temáticas tidas como específicas por esse grupo. Ignora-se, por conta disso, nas falas das entrevistadas, a construção histórica que tenha impelido ao desenvolvimento de tais traços.

O tratamento da questão de gênero é pouco considerado, tanto na fala das depoentes como na postura por elas relatada em relação à corporação. As depoentes colocam o assunto como algo anteriormente tratado por meio de pesquisas, mas liderados por iniciativas individuais.

A perspectiva de gênero é despida, assim, na instituição policial, de qualquer credibilidade. É unânime a impressão de que a corporação não se interessa por questões dessa natureza, não as vê como prioridade e ainda as aproxima de possíveis regalias. Reserva, por isso, pouco espaço à discussão do olhar de gênero.

Diante do exposto conclui-se que a motivação da inserção feminina ocorreu sem corresponder ao avanço do ideário que corrobora o aparato de segurança pública, em especial, aquele relacionado à força pública militar estadual. Assim sendo, esteve atrelado à reelaboração da imagem do Estado ditatorial refletida junto à opinião pública que o repelia tanto pela violenta opressão quanto pela profunda crise que o abatia.

O processo inicia-se, assim, sem que houvesse mu-

dança em profundidade da cultura institucional para seguir adiante. Leva, portanto, a marca de ter sido uma concessão, mas fruto do inegável avanço social. A instituição aparentava, assim, pouca expectativa para o avanço da policial nos quadros da organização. O rigor moral, conectado a essa percepção, mostrou-se então acentuado e remeteu a uma série de estereótipos negativos a respeito da mulher, inclinações supostamente devassas que deveriam ser impedidas por um severo regulamento e um controle minucioso da instituição.

A presença feminina na organização policial alongou-se e teceu o aparato necessário para consolidar-se. Nesse contexto, perpetuam-se outras limitações, decorrentes de uma inclusão superficial. Observa-se, ainda, a demanda, embora não absorvida, da mobilização feminina em torno das questões de gênero. Há dificuldades de mobilização, mas percebe-se a necessidade, pouco atendida, do apoio e da liderança de tais reivindicações, o que é visto pelas entrevistadas como grande impedimento para uma organização mais consistente. A corporação policial, por sua vez, mostra-se profundamente desinteressada em aprofundar discussões e debater a respeito do tema. Surpreendente é a percepção do quanto ainda há de ser feito em prol da presença feminina na instituição policial. Essa necessidade requer postura atenta aos obstáculos sutis, porém persistentes, ainda que frente ao discurso de igualdade reiterado pela corporação.

## Referências

CASSAB, Latif; RUSCHEINSKY, Aloísio. Individuo e ambiente; a metodologia de pesquisa da história oral. p.7-24. *Biblos*: Revista do Depto de Biblioteconomia e História. Rio Grande: Editora da FURG, 1995, v.16.

EDIÇÃO COMEMORATIVA DA 1ª TURMA DE 3º SARGENTOS PM FEMININOS DA PMMG. Belo Horizonte, 1982.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe (Org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

LITSGARTEN, Silvia Caroline. *Diagnóstico Identitário da Polícia Militar de Minas Gerais*. Monografia apresentada à conclusão do Curso Superior de Administração com Habilitação em Administração Pública.pela Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, junho/julho de 2003.

MINAS GERAIS, RESOLUÇÃO Nº 920. Belo Horizonte, 10 de setembro de 1981.

MOREIRA, ROSEMERI. *Entre o escudo de Minerva e o manto de Penélope a feminização da polícia Militar do Paraná, uma prática dicotomizada (1975-1980)* Exame de qualificação. Universidade Estadual de Maringá, 2006.

MUSUMECI, Leonarda; MUSUMECI, Bárbara. *Mulheres policiais — a presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PMMG. *Regimento Interno de Disciplina da PMMG*.

RUSCHEINSKY, Aloísio; FORTUNATO, Elizabeth. A história oral na pesquisa social sobre o espaço urbano. p. 25-36. *Biblos*. Revista do Depto de Biblioteconomia e História. Rio Grande: FURG, 1995, v.16.

